



ARTIGOS - ARTICLES

**A Historiografia
entre modernidade e contemporaneidade**

Oswaldo Coggiola¹
Universidade de São Paulo
coggiola@usp.br

Como citar este artigo: COGGIOLA, Oswaldo. “A Historiografia entre modernidade e contemporaneidade”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 1-15. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A introdução da contemporaneidade no campo historiográfico e científico não foi o simples acréscimo de uma nova era numa divisão periódica da história preexistente: ela foi precedida por uma nova percepção político-social, e implicou em mudanças metodológicas tanto quanto numa cisão no antigo conceito de modernidade. O artigo tenta abordar, de maneira sintética, essas mudanças, as condições em que se originaram, e suas implicações, cujas consequências ambíguas se fazem sentir até o presente.

Palavras-chave: historiografia, história contemporânea, teoria da história, modernidade, contemporaneidade.

The Historiography between modernity and contemporary

Abstract: The introduction of contemporaneity in the historiographic and scientific field was not the simple addition of a new era in a periodic division of preexisting history: it was preceded by a new political-social perception, and implied methodolog-

¹ Graduado em Economia Política e História na Université Paris VIII (1979). É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6513303642277108>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9924-0984>

ical changes as much as a split in the old concept of modernity. The article attempts to address, in a synthetic way, these changes, the conditions in which they originated, and their implications, whose ambiguous consequences are felt up to the present

Keywords: historiography, contemporary history, theory of history, modernity, contemporaneity

O surgimento de uma área de conhecimento denominada “história contemporânea”, na educação média e superior francesa, aconteceu com a reforma do ensino promovida por Victor Duruy,² em 1867, definindo-a como “o estudo do período transcorrido de 1789 ao Segundo Império [ainda vigente nessa data]” (DUMOULIN, 1993). No mesmo ano, na Itália, o recém-aprovado curriculum oficial das escolas técnicas ainda dividia o estudo da história em três partes: história romana, medieval e moderna. O líder sindicalista revolucionário (engenheiro pela *École Polytechnique*), futuro editor de *Le Mouvement Socialiste*,³ Georges Sorel, começou a ensinar “história contemporânea” na Escola Livre de Ciências Políticas, a partir de sua criação em 1871: “Os cursos de Sorel ou de Vandal na *École Libre des Sciences Politiques* eram muito frequentados; o espaço do ensino histórico na Escola era considerável. Se pensava que a história das instituições ou da fiscalidade, ou a história da moeda, tinham valor para formar o futuro Inspetor de Finanças: a regra era que *não se devia ignorar nada do acontecido nos últimos cem anos*” (THULLIER, TULARD, 1993).⁴ Uma sociedade nova, e um novo Estado, criavam novas necessidades: era necessário catalogar e classificar os acontecimentos recentes sob um ângulo histórico, ou seja, indagar seu significado profundo ou “de longo prazo”, para além da sua evidência imediata. Na transição para o novo século, o “século da história” (o XIX), e o país por excelência da historiografia, davam à luz, de modo múltiplo e variado – inicialmente autocentrado – a uma nova disciplina no campo histórico.

Alguns anos depois, entre 1897 e 1901, Anatole France (Prêmio Nobel de Literatura, em 1921) publicou uma tetralogia romanesca, *Histoire Contemporaine*, aparecida

² Historiador e geógrafo (1811-1894), inicialmente discípulo de Jules Michelet, Duruy foi Ministro de Educação Pública da França entre 1863 e 1869, autor de importantes obras de vulgarização histórica.

³ Revista fundada em 1899 por Hubert Lagardelle e Jean Longuet, neto de Karl Marx. Georges Sorel (1847-1922) era considerado sua “eminência parda”. Ulteriormente, ele evoluiu para o catolicismo e a direita, o que não lhe impediu, em nome da “luta contra a democracia”, apoiar com entusiasmo a revolução russa de 1917. Algumas de suas teorias, em especial às relativas ao papel do mito na história e à violência, foram consideradas como fontes inspiradoras da ideologia fascista na Europa, “síntese do nacionalismo orgânico com revisão antimaterialista do marxismo”, em especial aquelas relativas à força política dos mitos (STERNHELL *et al.*, 1989).

⁴ Os autores acrescentam que a influência de Sorel foi marcante “em toda a geração de diplomatas ingressados na carreira entre 1883 e a Grande Guerra”.

previamente em fascículos de revista, cujo personagem central, Lucien Bergeret, levava uma existência doméstica e intelectual medíocre, embora sendo homem erudito, e expressava ideias pessimistas e amargas sobre os homens e sua história, discutindo qualquer assunto de domínio público (justiça, pena de morte, governos, escândalos financeiros) com amigos e conhecidos, em sua livraria favorita, fugindo do aborrecimento de um casamento infeliz. Na forma de diálogos populares de caráter “filosófico”, o autor expunha o retrato crítico de um mundo novo (FRANCE, 2016). Em 1912, o personagem central de *Jean Barois*, romance de Roger Martin du Gard, um veterano republicano *dreyfusard*, se dirigia agressivamente, referindo-se ao passado recente do país, a dois jovens imbuídos de nacionalismo monárquico, católico e belicista (que se desenvolveu bastante na França no período anterior à Grande Guerra): “Muitos de nós foram heróis! Se os senhores o ignoram, tratem de *estudar a história contemporânea!*”. A nova disciplina nascia, também, como uma arma intelectual contra o reacionarismo.

Se as teorias da história nunca podem ser completamente separadas dos embates sociais e políticos da sua época (embora os defensores de certa “imparcialidade histórica” pretendam o contrário), a história contemporânea nascia “contaminada” pela política, e nunca se afastaria dela. Sua formulação sofreu inúmeras modificações, ampliações e precisões: paulatinamente, ela ingressou nas grades curriculares, inúmeros manuais foram escritos, constantemente renovados ou superados à luz não só dos desenvolvimentos teórico/metodológicos, mas também, sua característica única, da constante renovação, reinterpretação e ampliação do seu campo de trabalho. A definição da Revolução Francesa (“1789”) como o ato fundador da contemporaneidade esteve longe de ser pacífica: o regime fascista italiano, inimigo da tradição democrática revolucionária, datou seu início, nos seus manuais de ensino, na Restauração absolutista iniciada em 1815 com o Congresso de Viena: a questão historiográfica se subordinava à clivagem política (COGGIOLA, 2002).

A periodização e os estudos históricos deviam considerar o surgimento de um período - cuja natureza já era objeto de conceituações filosóficas e políticas, e de reações literárias e estéticas em geral - com características que se supunham inteiramente novas. Era necessário introduzir essa nova era no campo historiográfico, pois ela já fazia parte do arcabouço das preocupações intelectuais. A novidade consistia em que ela se reconhecia e autodenominava desde seu nascedouro, algo em que a mais recente “pós-modernidade” não foi em absoluto inovadora. O conceito de “novo” já era do-

minante na ciência e na filosofia desde os inícios da chamada “Era Moderna”, associado à ideia de “progresso”. As eras precedentes da história não se autodenominavam, embora tivessem maior ou menor consciência de sua especificidade; sua sistematização periódica foi um produto da “modernidade”, com a qual a “contemporaneidade” manteve desde sempre uma relação ambígua.

A “modernidade” pertence a uma ordem conceitual mais ampla, refletida na polissemia do termo, que possui os significados gerais de “recente”, “novo”, até “melhor”, ao mesmo tempo em que designa uma fase histórica diferenciada, como pontuou Scipione Guarracino, “da civilização europeia ou ocidental” (ou seja, não de todas as civilizações). Na sua origem latina, *modernus* significa “atual, pertencente aos nossos dias” (ou seja, contemporâneo), expressão derivada de *modo*, “agora, de certa maneira” ou de *modus*, “medida, maneira”. Em 1666, no seu manual de história universal, *Historia Ecclesiastica et Politica*, Georg Horn (Georgius Hornius) distinguia a história *antiqua* da *recentior*, esta última referida “aos impérios e reinos que atualmente sobrevivem ou duram”. Só em nossa era, a expressão “era moderna” foi usada para delimitar um período histórico, surgido, segundo Jacques Le Goff, quando se evidenciou “um sentimento de ruptura com o passado”; o novo significado do termo remontava a finais do século XVII, com a “querela entre os antigos e os modernos”; foi invocado esteticamente por Charles Baudelaire,⁵ e reafirmado de modo militante por Arthur Rimbaud (“é preciso ser absolutamente moderno”) em 1873.⁶

O brado modernista se elevava tanto contra a velha tradição hierárquica própria do Antigo Regime quanto contra a deserção burguesa da luta contra ela, patentes no fracasso da revolução de 1848 e na carnificina da Comuna de 1871, provocando a reação “burguesa” (e, certamente, também católica) de François Mauriac: “A burguesia foi o cadinho onde se formou o caráter de nosso povo rural e operário. Baudelaire, Rimbaud, eles mesmos só existiram em função dessa burguesia que renegavam, mas da qual eram filhos”. Para além de seu posicionamento conservador, Mauriac apontava na direção certa: a cisão cada vez maior, em meados do século XIX, no interior da *intelligentsia* de origem burguesa, provocada pelos abalos sociais, na qual Mario de Micheli discerniu a origem das futuras vanguardas artísticas, simbolizada na presença de

⁵ *La Modernité* é um texto de Charles Baudelaire publicado em *Le Peintre de la Vie Moderne*, em 1863. Baudelaire definiu nele o conceito de modernidade como a busca pela beleza de tendências efêmeras, para integrá-las, artisticamente, ao que seria eterno ou imutável.

⁶ “*Il faut être absolument moderne*”. É assim que Rimbaud, em seu texto *Adieu*, diante da modernidade impossível, se despede, aos dezenove anos, da literatura. Este slogan aparentemente simples, que afirma de modo imperativo a necessidade de ser moderno, mas que se contradiz ao reivindicar para a modernidade, essencialmente histórica e relativa, um caráter absoluto, estampa a natureza mesma da modernidade e de sua literatura” (SCARPARI, s/d).

Charles Baudelaire, um de seus precursores, nas barricadas parisienses de junho de 1848 (MICHELLI, 2014). A “ofensiva modernista” deflagrou uma reação tradicionalista católica: o papa Pio X, que defendia intransigentemente a ortodoxia doutrinária da Igreja católica, condenou fortemente o “modernismo”, inclusive o cristão (por este pretender introduzir o método crítico na exegese bíblica), encarado como a “síntese de todas as heresias”: sua condenação se expressou nas encíclicas *Lamentabili Sane Exitu* (“Carta Encíclica do Papa Pio X sobre os erros do modernismo”) e *Pascendi Dominici Gregis*, de 1907. O debate sobre o modernismo já era, portanto, contemporâneo.

A ideia de modernidade extrapolava o campo historiográfico; nem sequer era oriunda dele. Para os autores que não usam o conceito como um simples marco cronológico, a modernidade é um *projeto*, divergindo quanto ao período de sua vigência. Pensá-lo como um projeto eurocentrado (ou “ocidental-centrado”) é a base de um “eurocentrismo”, ora muito e justificadamente criticado, que afunda suas raízes bem mais longe do que na conquista/colonização do mundo pelas potências europeias, habitualmente considerada como marco inicial da Era Moderna, pois remonta à diferenciação e subordinação do “Oriente” pelo “Ocidente” em eras pretéritas.⁷ Que a “modernidade” não ocupasse sequer um verbete no alentado *Dicionário das Ciências Históricas* organizado por André Burguière (ou no elaborado *Dicionário Crítico do Marxismo* de Georges Labica e Gérard Bensussan; ou ainda no *Dicionário do Pensamento Marxista* organizado por Tom Bottomore (1988)) revela apenas seu incômodo lugar na historiografia e na teoria, o que não surpreende, se ela for considerada, antes do mais, um “sentimento”. Numa formulação consensual, a modernidade seria “um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida... um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura” (SILVA, SILVA, 2005), uma noção, portanto, histórica e até geograficamente delimitada.

⁷ “(Depois da conquista oriental de Alexandre o Magno) posto que os ocidentais, ao voltar à sua terra, incluíram o Oriente dentro do mundo por eles conhecido, no interior de um círculo aceito como moradia do homem civilizado, a destruição do Império Persa por Alexandre marca uma época que divide a história universal como apenas consegue fazê-lo qualquer outro acontecimento. Dramática como foi a catástrofe final, o colosso oriental havia diminuído com enorme rapidez por quase um século” (HOGARTH, 1951). Nesse processo/evento, que consolidou a hegemonia da civilização helênica no Mediterrâneo, encontrou sua base a futura oposição Oriente/Ocidente, que alicerçou o imaginário histórico projetado a partir da moderna expansão europeia e da configuração do Antigo Sistema Colonial.

Na sociologia, essa criatura do século XIX que colonizou o século XX, a “modernidade” designou uma transformação caracterizada pela “racionalização” social e política, pela busca do “governo da Razão”, procurando nela uma explicação teórica (não raro teleológica) das sociedades, de seus processos de diferenciação e desenvolvimento. Reinhart Koselleck, na seara historiográfica, definiu a modernidade pela emergência de uma nova concepção da história, no século XVIII, junto com a valorização da racionalidade como principal elemento para conhecimento de mundo e domínio da natureza (KOSELLECK, 1999): em função dela, passou-se a focar a história na singularidade e no movimento de cada um de seus elementos constitutivos. Esse enfoque, segundo o autor, suscitou a necessidade de reconstruir os acontecimentos históricos “tal como foram”, o que determinou uma mudança de perspectiva na disciplina. Dando mais um passo, o historicismo, principalmente alemão, no século XIX, insistiu na necessidade de sistematizar, classificar e categorizar os diversos fatores do saber histórico, institucionalizando a “ciência histórica” como disciplina acadêmica, com suas próprias regras e métodos. O ofício do historiador não mais poderia ficar nas mãos de intelectuais com variadas formações acadêmicas, mas de especialistas com qualificações específicas, que requeriam uma formação também específica e diferenciada.

Segundo Michel Foucault, isso foi parte de um processo geral de todo o campo intelectual: “Na época clássica, desde o projeto de uma análise da representação até o tema da *mathesis universalis*, o campo do saber era perfeitamente homogêneo: todo conhecimento procedia às ordenações pelo estabelecimento das diferenças e definia as diferenças pela instauração de uma ordem; isso era verdadeiro para as matemáticas, para as taxinomias (no sentido lato) e para as ciências da natureza; mas igualmente verdadeiro para todos esses conhecimentos aproximativos, imperfeitos e em grande parte espontâneos, que atuam na construção do menor discurso ou nos processos cotidianos da troca; era verdadeiro, enfim, para o pensamento filosófico e para essas longas cadeias ordenadas que os ideólogos, não menos que Descartes ou Spinoza, ainda que de outro modo, pretenderam estabelecer a fim de conduzir necessariamente das ideias mais simples e mais evidentes até as verdades mais complexas. Mas, a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes. Dificilmente se escapa ao prestígio das classificações e das hierarquias lineares à maneira de Comte; mas buscar alinhar todos os saberes modernos a partir das matemáticas é submeter ao ponto de vista único da objetividade do conhecimento a questão da positividade dos saberes, de seu modo de ser, de seu enraizamento nessas

condições de possibilidade que lhes dá, na história, a um tempo, seu objeto e sua forma” (FOUCAULT, 1981).

A divisão da história em períodos ou “eras”, demarcadas a partir de eventos reais ou imaginários de projeção universal, supõe a preservação de sua unidade e continuidade, para além das rupturas ou divisões, um conceito que será objeto de variadas críticas na segunda metade do século XX, em especial as originadas no estruturalismo e seus derivados. A periodização de eras históricas, no entanto, é tão velha quanto as sociedades humanas, sejam elas ou não chamadas de “civilizações”, inclusive se elas careciam de vocábulo ou conceito designando a história (o termo, assim como o conceito, como se sabe, foi criado na Grécia clássica, *Ἱστορία* [*Historiá*]). Ela nunca se referiu apenas a uma cronologia, quando ela existia, mas também à tentativa de dotar o acontecer humano de um sentido e de uma estrutura, mesmo aparecendo sob um invólucro mítico. A ideia de uma “idade original de ouro” e de uma queda subsequente, na qual se basearam a maioria dos relatos míticos das idades do mundo, pode ser considerada como uma manifestação básica universal dos povos históricos; já se encontrava na Babilônia, no antigo Irã (Pérsia), na China ou em povos ameríndios.

Foi com a civilização grega clássica que o termo e o conceito de história se definiram, a partir de um percurso que, como já se insistiu até demais, lhe foi exclusivo: “No princípio, há a religião, o mito, a poesia: de Homero a Píndaro (e, passando por um desvio, até os autores clássicos da tragédia). A concepção grega do homem e do mundo se ‘secularizou’ ou ‘laicizou’ progressivamente, e o universo dos deuses desapareceu pouco a pouco face às ações dos homens. Enquanto nos séculos que se convencionou chamar de homéricos a narração se organiza em torno dos personagens divinos, os personagens humanos sendo reduzidos a essências com o estatuto de quase-dependência, na época clássica – no século V – o homem, como cidadão-guerreiro, que fala e que combate, aparece assumindo seu destino” (CHÂTELET, 1981).

Na política e na guerra (continuação da primeira) o homem conquistou seu ser-histórico. Já com Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias* (HESÍODO, 2020), poeta do século VIII, surgira a primeira tentativa de uma divisão “filosófica” dos períodos históricos (idades de ouro, prata, bronze – ou heroica, nos povos orientais – e de ferro), que foi retomada e desenvolvida pelos romanos, *historia est magistra vitae*, em narrativas que abordavam o passado, escritas em prosa, valorizando a ação política e militar,

escritas com parâmetros de composição definidos pela retórica. As narrativas históricas na Roma Antiga eram consideradas um gênero literário, mas os historiadores romanos não desprezavam a pesquisa e a busca pela verdade. Os relatos históricos buscavam agregar vivacidade à narrativa, certamente não existia neles uma exata correspondência com a realidade, e misturavam fatos comprovados com mitos e crenças populares (ANDRÉ, HUS, 1989).

A ideia cíclica, ou de “eterno retorno” do homem e do mundo ao ponto inicial, encontrada, entre outras, na filosofia indiana e no Egito antigo, bem como na literatura judaica, não entrou em contradição excludente com a ideia de uma história exclusivamente humana: ela foi na Grécia adotada pelos pitagóricos e estoicos, originada em parte no antigo “pensamento histórico mítico”, associada às noções de recriação, regeneração e reestabelecimento da ordem divina, derivada das cosmologias e mitos do Oriente, e combinou-se com a ideia de uma sucessão de períodos histórico-culturais diferenciados, de origem divino ou humano. Com o declínio da antiguidade clássica e a expansão do cristianismo, que estabelecia uma linearidade do acontecer histórico, a partir da Criação até o Juízo Final, a ideia de eterno retorno caiu em desuso.

A concepção histórica cristã, baseada originalmente no Antigo Testamento, teve como pivô a reconciliação da humanidade com Deus através do Cristo, que originou e informa até o presente o calendário mundial. Santo Agostinho (*A Cidade de Deus*) distinguiu, com base nisso, seis eras da história humana: *infantia, pueritia, adolescentia, iuventus, senior aetas* e *senectude* (da Revelação até o Juízo Final). O pensamento humanista-renascentista, antropocentrado, tentando se desvencilhar das concepções teológicas medievais, descartou a ideia de uma “era final” da história e propôs um “sistema tripartite” aberto para o futuro (Antiguidade – Idade Média – Modernidade), que foi a base das periodizações históricas modernas: “A esse enunciado rudimentar foi reduzido o intenso trabalho intelectual realizado em três ou quatro séculos, do século XV ao XVIII, por doudas gerações de humanistas, filólogos, artistas, historiadores, literatos, filósofos e autores políticos, em torno ao problema da divisão da história em grandes idades ou períodos. No decorrer do século XIX, esse esquema de periodização, a ‘grande tripartição’, virou uma obviedade cada vez menos discutida, usada tanto nos estudos científicos avançados quanto no ensino elementar” (GUARACINO, 2001).

A ideia se impôs e preparou o caminho para a conceptualização da contemporaneidade: Philippe Melanchton, no final do século XVI, usou pioneiramente as expressões diferenciadas de “tempo moderno” e “tempo presente”. O esquema tripartite humanista ingressou nos manuais no século XVII com Christoph Cellarius, que publicou a tríade *Historia Antiqua*, *Historia Medii Aevi* e *Historia Nova*, no final desse século (CARBONELL, 1982; BOURDÉ, MARTIN, 1983). Essas primeiras sistematizações “laicas” da história forneceram a base para a filosofia da história baseada na ideia de *progresso* do Iluminismo. Em sua expressão mais típica, Immanuel Kant, batizado posteriormente de “Newton do mundo histórico” (Kant tinha designado em Rousseau o “Newton do mundo moral”), lançou a “Ideia de uma História Universal no Sentido Cosmopolita”, e respondeu afirmativamente à pergunta “se o gênero humano se encontra em progresso constante para melhor” (KANT, 1978).

A racionalidade do devir histórico encontrou em Kant sua expressão mais clara e consequente. Numa teorização mais realista, depois de ter desenvolvido os postulados da filosofia kantiana até suas consequências extremas, e de ter criticado sua inadequação para dar conta do plano histórico-fenomenológico concreto - levando em conta suas contradições (sua “dialética”) - Hegel dividiu os períodos da história com base na sucessão e contraposição dos grandes Estados, expressão das civilizações “históricas” (pois havia, para o filósofo alemão, “povos sem história”, no que se contrapunha ao cosmopolitismo idealista kantiano), seguindo o modelo dos impérios do mundo: orientais, grego, romano, germânico, desaguando finalmente na racionalidade do Estado moderno (HEGEL, 1974).

Uma geração, histórica e filosófica, depois de Hegel, Karl Marx rebateu a alegada racionalidade do Estado moderno; ela nada mais era do que um raciocínio abstrato, incapaz de afastar o existente na realidade, ou seja, de dar conta do particularismo contraditório da “sociedade civil”, mas constituía sua cobertura-inversão ideológica ao sancionar legalmente a propriedade privada como um “direito humano”. Com esse fundamento, embora metodologicamente inspirado por Hegel, Karl Marx descartou uma periodização da história baseada em critérios “superestruturais” (Estados, religiões ou ideologias) pondo o trabalho e a produção social (em primeiro lugar, material) na base de sua dinâmica. Eis um fragmento abundantemente citado: “Em grandes traços, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, podem ser qualificados como épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social,

contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos; porém, as formas produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta formação social, termina a pré-história da sociedade humana” (MARX, sdp). A história conhecida (da qual se ocupava a “única ciência”, a ciência histórica, nas palavras de Marx e Engels) não era senão o prefácio da verdadeira história humana, situada no futuro imediato, marcado pela passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”, passagem possibilitada pela potencial abundância material e espiritual produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais na sociedade burguesa.⁸

Era, certamente, uma teoria da totalidade do acontecer humano em suas diversas fases, como parte integrante e diferenciada da história natural.⁹ Continuidade - e, também, ruptura - das formas sociais precedentes, a sociedade burguesa (o “capitalismo”) era, para Marx, a forma mais desenvolvida de organização da produção social, base do metabolismo humanidade social - natureza e aspecto comum a todas as sociedades humanas. A sucessão dos modos de produção, com a passagem de um para outro pela via das transformações (revoluções) sociais, passou a ser a base da teoria marxista da história, simbolizada como um “modelo em espiral”, unitário em seu caráter contraditório, embora a quase totalidade dos historiadores marxistas rejeitasse a ideia de um “modelo universal” de etapas históricas, que não parece ter sido em abso-

⁸ O “pulo de gato” da sociedade classista para o comunismo foi considerado, por diversos autores (incluído Eric J. Hobsbawm) como o aspecto “não científico”, ou “não lógico”, da teoria marxista. Diversos autores marxistas, como Karl Korsch, apontaram que a síntese marxista não é o simples desenvolvimento crítico da herança iluminista, mas que inclui diversas críticas da mesma, incluída a oriunda do romantismo, um movimento que não teria se limitado à literatura nem concluído com o século XIX: “O romantismo é uma cosmovisão – ou seja, é muito mais que um fenômeno literário, embora tenha um importante componente literário –, e não terminou em 1830 ou 1848. O romantismo, como protesto cultural contra a civilização industrial e capitalista moderna, é uma das principais formas da cultura moderna que se estende desde Rousseau – uma figura fundadora particularmente importante – até o presente, ou seja, da segunda metade do século XVIII até o início do século XXI... (Em Karl Marx) embora tenha sido essencialmente um homem do iluminismo, sua crítica ao capitalismo e sua visão da história incluem perspectivas e argumentos românticos significativos, que ele tomou de escritores (Balzac, Dickens), economistas (Sismondi) e antropólogos (Morgan, Maurer). Um número significativo de marxianos no século XX expandiu essa dimensão, e podem ser caracterizados como ‘marxianos românticos’” (SAYRE, LÖWY, 2021).

⁹ Autores recentes sustentaram que a obra de Marx, em sua maturidade, sustentaria que cada época histórica estaria marcada por especificidades e regularidades, formas próprias de movimento, sem qualquer contato com as formas precedentes e com as posteriores: afirmar o contrário seria propor uma “metafísica da história”, e o Marx “maduro”, segundo eles, não o fez. A obra madura de Marx não proporia uma concepção totalizante da história, da ação humana e de sua interação com o ambiente natural, seria uma análise da sociedade capitalista sem nenhum valor interpretativo para outras formações sociais históricas, pois não haveria qualquer continuidade entre as diferentes formas a partir das quais os seres humanos se organizaram para se relacionar ativamente com seu meio natural. A afirmação reduz em grande parte o valor teórico e a abrangência metodológica da obra de Marx (POSTONE, 2009). Uma concepção diametralmente oposta se encontra em: Ciro Flamarion Santana Cardoso, 2012.

luto a intenção de Marx ou Engels. Poderia essa ideia básica se combinar com a periodização tripartite existente, que continuou hegemônica nas instituições de ensino e pesquisa?

A ideia de uma “contemporaneidade histórica” se expressou a partir do ciclo vitorioso das grandes revoluções democráticas na Europa e na América, que criou tendencialmente um mundo novo baseado em seu ideário (nação, democracia representativa, reconhecimento parcial ou universal da igualdade política e jurídica, direitos humanos básicos), suposta culminação da história humana (devido a isso, Hegel situou um primeiro “fim da história” em 1804, com a vitória napoleônica contra as tropas imperiais germânicas, na batalha de Jena), embora esse “reconhecimento universal” se restringisse inicialmente a um pequeno grupo de países. Historiograficamente, a “era contemporânea” definiu-se pela não-contemporaneidade, ou seja, pelas etapas do desenvolvimento humano consideradas superadas; chegou-se, desse modo, a um consenso para definir como “Idade Contemporânea” o período cujo início remontaria à Revolução Francesa, acontecimento-marco universalmente reconhecido como ponto de ruptura, sem retorno nem conciliações, com o Antigo Regime.

As características definidoras do período estavam marcadas, ideologicamente, pela vitória definitiva do Iluminismo, com a defesa do primado da Razão (com “R”) e o desenvolvimento da ciência como garantia de progresso civilizatório. Já no século XX, diferenciando-se desse critério, e buscando-se um fundamento para além (ou como base) do acontecer político, jurídico ou ideológico (a história reduzida à evolução dos Estados e das religiões, como Karl Marx qualificou criticamente a historiografia de seu tempo), chegou-se a uma definição da contemporaneidade pelo desenvolvimento e consolidação do capitalismo e pelas disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados. Tal conceituação abalou o modelo inicial, iluminista, progressista e otimista, pois após as duas grandes guerras mundiais, um ceticismo crescente abalou a crença no progresso inevitável da civilização: nações “avançadas e instruídas” eram capazes de cometer atrocidades “dignas de bárbaros”.¹⁰

¹⁰ Michel Winock resumiu como segue o sentimento de toda uma geração, logo depois da Grande Guerra: “Diante dos estragos, quem ainda podia proclamar sua confiança na ciência, ‘benfeitora da humanidade’, como fizera outrora Ernest Renan em *L’Avenir de la Science?* Para muitos, a ciência, até ontem sinônimo de civilização, agora era associada à destruição. Ela havia proporcionado um poderio sem precedentes às técnicas de guerra, mas continuava muda ante as indagações sobre a condição humana... As certezas anteriores a 1914, desfeitas por quatro anos de sofrimento e de matança, deram lugar a uma imensa dúvida sobre o futuro dessa condição” (WINOCK, 2000). O abalo repercutiu também fortemente nas ciências humanas.

Um aspecto questionado desse critério foi seu natural posicionamento eurocêntrico, pois o capitalismo, embora tendencialmente mundial desde seus primeiros passos, nasceu indubitavelmente na Europa (ocidental), o que levou a questionar a validade do chamado “modelo europeu de divisão histórica”, baseado nas trajetórias das sociedades capitalistas (excluindo, portanto, as que não o eram), ou seja, a divisão de história baseada num critério geográfica e culturalmente limitado, que seria, para seus críticos, a base de posicionamentos ideológicos, mesmo involuntários, legitimadores da escalada imperialista das potências europeias no século XIX. Finalmente, a datação iniciada na Revolução Francesa ou na Revolução Americana (1776), em se pondo no seu centro metodológico a história do capitalismo, tampouco pareceu adequada, pois a “era do capital” teve sua origem nos séculos precedentes, sendo situada no século XVI, por exemplo, por autores tão divergentes quanto à origem e natureza do capitalismo como Max Weber ou Karl Marx, ou até no século XII, por autores vinculados aos *Annales*.

Os desdobramentos e polêmicas derivadas do conceito de contemporaneidade não se detiveram. Para Giorgio Agamben, a contemporaneidade é diferenciada, e multivalente como atitude epistemológica básica: “A contemporaneidade é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo dele toma distância, mais precisamente, é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela... Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele não perceber as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimentam contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGAMBEN, 2012). Que a referência destas ideias seja Walter Benjamin, um marxista, não deve nada ao acaso, embora o autor das linhas citadas não reconheça explicitamente esse fato.

Pois essa questão está plenamente presente na historiografia. Desenvolveu-se, nas últimas décadas, uma “história do tempo presente” dedicada à investigação de permanências temporais não superadas, nem sempre de modo explícito ou reconhecido, buscando pôr em seu contexto histórico as sociedades hodiernas por meio da investigação da construção social de seu passado e de seus usos públicos e políticos: o

tempo presente estaria permeado por passados dos mais diversos tipos, pré-contemporâneos, propositalmente ocultos (obscurecidos) pelo “discurso histórico oficial”. A dimensão política da “história do tempo presente” é bastante evidente, pois está vinculada ao surgimento de políticas de memória, à investigação de traumas históricos nacionais e mundiais, ao crescimento de reivindicações políticas de reparação (de descendentes de escravos africanos, ou de vítimas do Holocausto judeu, por exemplo) e à revalorização do acontecimento para entender o processo histórico, superando uma abordagem centrada nas continuidades de longo prazo, por trás da “fumaça” dos eventos imediatos, ou nos processos seculares (DOSSE, 2012).

Mesmo aceita, essa abordagem não eliminaria as categorias gerais de análise, necessariamente baseadas nos processos de longo prazo, se as considerarmos as únicas capazes de ir além da experiência e da evidência empírica imediata, dando significado e fundamento à pretensão científica da história. Se aceitarmos, como hipótese de partida, que o desenvolvimento do capitalismo, em suas diversas configurações espaciais e temporais, constitui o eixo interpretativo da história “moderna e contemporânea”, na medida em que o capitalismo foi o único sistema histórico de produção que se expandiu mundialmente de modo autossustentado, devemos admitir que, se a *história do capital* pode ser rastreada a partir de tempos remotos, a *história do capitalismo* é bem mais recente, mas não tão recente quanto o último quartel do século XVIII, sendo sua origem objeto de controvérsias.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é Contemporâneo? e Outros Ensaio. Chapecó, Argos, 2012.

ANDRÉ, Jean Marie; HUS, Alain. La Historia en Roma. Madri, Siglo XXI, 1989.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. Les Écoles Historiques. Paris, Seuil, 1983.

BURGUIÈRE, André (ed.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

CARBONELL, Charles-Olivier. Historiografia. Lisboa, Teorema, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Por que os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. Revista de História n° 167, São Paulo, FFLCH-USP, julho/dezembro de 2012.

CHÂTELET, François. A Filosofia Pagã. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

COGGIOLA, Oswaldo. História e contemporaneidade. Entre Passado & Futuro n° 1, São Paulo CNPq/Xamã, maio de 2002.

DE MICHELI, Mario. Le Avanguardie Artistiche del Novecento. Milão, Feltrinelli, 2014 [1959].

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, vol. 4, n° 1, 2012.

DUMOULIN, Octave. História contemporânea. In: André Burguière (ed.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

FRANCE, Anatole. Histoire Contemporaine. Paris, Calmann-Levy, 2016 [1897].

GUARRACINO, Scipione. Le Età dela Storia. I concetti di Antico, Medievale, Moderno e Contemporaneo. Milão, Bruno Mondadori, 2001.

HEGEL, G. W. Lecciones sobre Filosofia de la Historia Universal. Madri, Revista de Occidente, 1974 [1830].

HESIODO. Os Trabalhos e os Dias. São Paulo, Iluminuras, 2020.

HOGARTH, David George. El Antiguo Oriente. México, Fondo de Cultura Económica, 1951 [1927]).

KANT, Emmanuel. Filosofia de la Historia. México, Fondo de Cultura Económica, 1978 [1784].

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Edições Populares, sdp [1859].

POSTONE, Moishe. Time, Labor, and Social Domination, A reinterpretation of Marx's critical theory. Nova York, Cambridge University Press, 2009.

SAYRE, Robert; LÖWY, Michael. Revolta e Melancolia. O romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo, Boitempo, 2021.

SCARPARI, Zília Mara Pastorello. É preciso ser absolutamente moderno. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11428/6903>).

SILVA, Karina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo, Contexto, 2005.

STERNHELL, Zeev et al. Naissance de l'Idéologie Fasciste. Paris, Arthème Fayard, 1989.

THUILLIER, Guy; TULARD, Jean. Les Écoles Historiques, Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

WINOCK, Michel. O Século dos Intelectuais. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000).